

## COMUNICAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL ALINHADAS: BREVES RESULTADOS OBSERVADOS NO PROGRAMA DIALOGA BRASIL (2015-2016)

Laercio José Peres dos Santos<sup>3</sup>

**SUMÁRIO:** • 1. *Introdução.* • 2. *Objetivos.* • 3. *Material e Métodos.* • 4. *Resultados e Discussão.* • 5. *Conclusões.* • 6. *Referências.*

**RESUMO:** O presente estudo buscou levantar os resultados gerados em razão da proposta da ex-presidenta Dilma Rousseff, em seu segundo mandato (2014-2016), de criação de uma plataforma eletrônica para instrumentalizar a comunicação pública do governo federal e que, em concomitância, oportunizou novos canais de participação social por meio de redes sociais virtuais. Metodologicamente, realizaram-se estudos mistos: primeiro, um estudo de caso com as informações contidas na plataforma, caracterizando o processo de pesquisa como quantitativo e exploratório; depois, buscando observar e absorver as ideias defendidas por meio do programa, passou-se aos processos qualitativos. Objetivou-se, ao final, compreender as formas adotadas de comunicação pública, área pouco desenvolvida e ainda permeada por práticas tradicionais, e as manifestações na forma de participação social na plataforma do programa governamental Dialoga Brasil, de modo a levantar propostas passíveis de incorporação por parte da Administração Pública brasileira, bem como discernir brevemente sobre as escolhas coletivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação Pública; Canais de Participação; Dialoga Brasil.

---

<sup>3</sup> Gestor de Recursos Humanos (UNIMES, 2015). Graduando em Administração Pública na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

## **PUBLIC COMMUNICATION AND SOCIAL PARTICIPATION ALIGNED: BRIEF RESULTS OBSERVED IN THE PROGRAM DIALOGA BRASIL (2015-2016)**

**CONTENTS:** • 1. *Introduction.* • 2. *Objectives.* • 3. *Material and Methods.* • 4. *Results e Discussion.* • 5. *Conclusions.* • 6. *References.*

**ABSTRACT:** The present study sought to lift the results generated based on a proposal from the former president Dilma Rousseff, in her second term (2014-2016), creation of an electronic platform to exploit the public communication of the federal government, and that, concomitantly, given new channels of social participation by means of social networking. Methodologically, research has been carried out in the mixed: first, a case study with the information contained in the platform, featuring the research process such as quantitative and exploratory; then, seeking to observe and absorb the ideas defended by means of the program, has been passed on to the processes of qualitative. The objective was to verify if, at the end, to understand the forms adopted in the communication to the public, area very developed and still permeated by traditional practices, and the manifestations in the form of social participation on the platform of the government program Dialoga Brasil, so as to withdraw the proposals subject to incorporation on the part of the Brazilian Public Administration, as well as to discern briefly on the choice of the collective.

**KEYWORDS:** Public Communication; Channels of Participation; Dialoga Brasil.

## **COMUNICACIÓN PÚBLICA Y PARTICIPACIÓN SOCIAL ALINEADAS: BREVES RESULTADOS OBSERVADOS EN EL PROGRAMA DIALOGA BRASIL (2015-2016)**

**CONTENIDO:** • 1. *Introducción.* • 2. *Objetivos.* • 3. *Material y Métodos.* • 4. *Resultados y Discusión.* • 5. *Conclusiones.* • 6. *Referencias.*

**RESUMEN:** El presente estudio buscó levantar los resultados generados en razón de la propuesta de la ex-presidenta Dilma Rousseff en su segundo mandato (2014-2016), de la creación de una plataforma electrónica para instrumentalizar la comunicación pública del gobierno federal y que, coincidiendo, oportunizó nuevos canales de participación social por medio de las redes sociales virtuales. Metodológicamente, se han realizado estudios mixtos: en primer lugar, un estudio de caso con la información contenida en la plataforma, con el proceso de investigación cuantitativo y exploratorio; después, buscando observar y absorber las ideas defendidas por medio del programa, se pasó a los procesos cualitativos. Se observó, al final, comprender las formas adoptadas de comunicación pública, área poco desarrollada y aún permeada por las prácticas tradicionales y las manifestaciones en la forma de participación social en la plataforma del programa gubernamental Dialoga Brasil, de modo a levantar propuestas susceptibles de incorporación por parte de la Administración Pública brasileña, así como discernir brevemente sobre las decisiones colectivas.

**PALABRAS CLAVE:** Comunicación Pública; Canales de Participación; Dialoga Brasil.

## 1. Introdução

No cenário contemporâneo, observados o alcance da representatividade social e a orientação político-ideológica das propostas de governo – dos candidatos aos cargos do poder executivo –, percebe-se que as ações de uma autoridade governante não se legitimam somente (ou apenas) pela escolha dos cidadãos, durante os ciclos eleitorais, nas urnas. O que se faz necessário é a legitimação para além do momento do voto, onde as tomadas de decisão devem levar em consideração as necessidades territoriais, interagindo com o público-alvo, e abrir as estruturas governamentais para a participação social (MILANI, 2008). Busca-se passar de um modelo já exaurido de democracia representativa para se alcançar uma experiência de democracia participativa (SANTOS, 2005).

Neste processo, que se apresenta como dialógico, duas instâncias ganham força e surgem como possíveis soluções ferramentais: a comunicação pública e os canais de participação social. Ambas as áreas passaram a ser disseminadas com maior força nos anos 1980, em razão de uma série de mudanças geopolíticas – como a transição de regimes políticos, a exemplo da ditadura para redemocratização e reabertura política no caso brasileiro, ou ainda a reunificação da Alemanha e a dissolução do bloco soviético – e econômicas – sobretudo, as crises dos anos 1970 e a expansão do neoliberalismo enquanto nova doutrina econômica –, bem como caracterizam a passagem geracional de direitos da terceira (como o direito à comunicação) (ALARCÓN, 2004; ARAÚJO e NUNES JÚNIOR, 2005; FERREIRA FILHO, 2005; BONAVIDES, 2006) para a quarta geração (como o direito à informação e à participação) (BASTOS e TAVARES, 2000; ALARCÓN, 2004; SCALQUETTE, 2004; BONAVIDES, 2006).

Soma-se aos fatos acima descritos o desafio de inclusão plena de governos e cidadãos no ciberespaço e, neste, explorar novas potencialidades, formando a sociedade em rede que Castells (2003) defende em seus estudos. Em uma fase que é marcada pela economia baseada na informação como valor e produto, igualmente referenciada por Castells (1999) como sendo uma economia global e informacional, ter efetividade na participação dos atores político-sociais brasileiros em novos espaços é imprescindível para que se avance nas políticas públicas e se alcance com impacto junto aos públicos-alvo. Caso contrário, se não tomadas ações de aproximação, pode-se produzir a exclusão ou a marginalização de grande parte dos cidadãos. A esse respeito, Lévy (1999) já alertava que a mudança traria novas conformações nas relações:

A gigantesca mutação da civilização contemporânea, acarreta uma redefinição da natureza da potência militar, econômica, política e cultural. Algumas das forças atuais ganharão poder, outras irão perdê-lo, enquanto recém-chegados começam a ocupar posições que nem mesmo existiam antes da emergência do ciberespaço. No tabuleiro do xadrez virtual, as regras ainda não estão completamente estabelecidas. Aqueles que conseguirem defini-las em proveito próprio ganharão muito. Desde agora, e apesar da grande instabilidade da situação, os centros que hoje dominam o poder militar e financeiro encontram-se bem colocados para aumentar ainda mais sua influência. Contudo, devemos permanecer atentos à abertura, à indeterminação do processo de mudança tecno-social em andamento (LÉVY, 1999, p. 223).

Portanto, aponta-se a comunicação pública como uma primeira ferramenta de aproximação. A comunicação pública é um conceito complexo quando analisado por suas várias vertentes (KUNSCH, 2012) e muito recente no Brasil (KOÇOUSKI, 2012). De maneira geral, pode ser compreendida como: comunicação estatal; comunicação da sociedade civil organizada que milita pela coletividade e as instâncias governamentais; comunicação institucional dos órgãos públicos, na forma de publicidade; e, ainda, como comunicação política, com vistas a se realizar as propagandas partidário-políticas e eleitorais (KUNSCH, 2012). Aqui, deve-se pensar em comunicação pública como um instrumento de diálogo com a sociedade, de forma a disseminar as propostas de um governo. Zémor (2009), sintetiza as ações, os deveres e a importância do que é a Comunicação Pública:

É troca e compartilhamento de informações de utilidade pública ou de compromissos de interesses gerais. Ela contribui para a conservação dos laços sociais. A responsabilidade disso compete às instituições públicas; ou seja, às administrações do Estado, aos serviços das coletividades territoriais, aos estabelecimentos, empresas, organismos encarregados de cumprir uma missão de interesse coletivo (ZÉMOR, 2009, p. 189).

Antes realizada pelas mídias tradicionais – material impresso (revistas, jornais e panfletos), rádio e televisão –, as ações de comunicação pública possuíam a característica unidirecional, onde não haviam espaços fomentados ao debate dialógico e à participação social. Entretanto, com a evolução das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na contemporaneidade e a assunção das novas mídias sociais, como a *internet* e a telefonia móvel, são propiciados os novos canais de participação. O governo, enquanto ator central, assume o protagonismo, seja pela hesitação em utilizar os novos meios de comunicação

(e-governança ou e-administração pública), seja por fomentar o setor com novas políticas tecnológicas e de inovação, participando, assim, da configuração da particular sociedade da informação que o Brasil constrói (CUNHA e MIRANDA, 2013). E, ao interagir com esses meios, a esfera pública acaba por reafirmar o compromisso com a publicidade de seus atos, como previsto no inc. XXXIII do art. 5º da CF 88:

(...) XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Em continuidade, formalizando a publicidade dos atos da administração, os legisladores promulgaram instrumentos condizentes com a necessidade de se transparecer as ações do poder público. Surgem nesse processo a Lei da Transparência – Lei Complementar 131/2009, que altera a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que se refere à transparência da gestão fiscal – e a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Contudo, é preciso avançar e de fato materializar a participação social e não apenas manter os atos consultivos, rasos e não plenamente dialógicos. Longe de terem sanados os velhos problemas, as inovações legais apenas impuseram à administração o dever de expor os dados quantos aos gastos e de fornecer informações de interesse da população. Nota-se que se há pouco intercâmbio de ideias nos instrumentos infraconstitucionais e o diálogo inexistente no processo. Os governos até compreendem as funcionalidades das tecnologias da comunicação, no sentido de obtenção de informação, mas subutilizam o potencial de democracia digital que as TICs podem propiciar e, conseqüentemente, não as utilizam como espaço de deliberação política (BRAGATTO e VEIGA, 2006).

Desta forma, a efetivação da participação social se faz primordial para fundamentar as pontes dialógicas e potencializar a relação entre estado e cidadãos. Como segunda ferramenta, com vista a ampliar a comunicação pública e resolver a interlocução entre governo e sociedade, a criação de canais de participação é a alternativa para a aquisição de espaço nos processos decisórios. Para Demo (1994), a noção de participação é de contínua construção e, principalmente, de conquista por parte daqueles que querem equidade nas relações e de aproximação entre os entes sociais:

Participação é um processo de conquista, não somente na ótica da comunidade ou dos interessados, mas também do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual. Todas estas figuras pertencem ao lado privilegiado da sociedade, ainda que nem sempre ao mais privilegiado. Tendencialmente buscam manter e aumentar seus privilégios. Se o processo de participação for coerente e consistente, atingirá tais privilégios, pelo menos no sentido de que a distância entre tais figuras e os pobres deverá diminuir. (DEMO, 1994, p. 21)

Já Corrêa (2017), em uma análise histórica e tratando da construção do campo de conhecimento da administração pública brasileira, expõe que diversos autores brasileiros já tratavam de gestão participativa enquanto teoria e como desafio para os gestores públicos nos anos 1970, período conturbado e marcado pelo autoritarismo. Nos anos 1980, com os movimentos de reabertura política eclodindo pelo país, o autor argumenta que há um aumento na percepção da importância da participação social enquanto teoria, mas persistindo os desafios de efetivação, dado que não haviam mecanismos que propiciassem tal implementação. Durante os anos 1990, as pesquisas trazem que a participação passa de teoria e surge como prática nos textos acadêmicos, trazendo consigo a ideia de estratégia de ação e de instrumento da administração, visto a dificuldade no novo ambiente de governança – que surgiu junto à reforma gerencial do estado brasileiro –, e deixa de ser apenas um ideal democrático. E a partir dos anos 2000, a administração pública se coloca a pensar em novos mecanismos para gerenciar os contextos cada vez mais complexos nas relações e cada vez mais demandantes de tecnologias para chegar aos cidadãos.

Deste modo, alternativas de participação aos modelos tradicionais (como plebiscitos, conferências, audiências públicas, orçamento participativo e conselhos temáticos) são necessárias para que se atinjam mais pessoas. É o que Martelli (2002) comenta, referindo que “Castells propõe alternativas na condução dos assuntos do governo: o Estado-rede, constituído a partir de reformas na administração pública, aparece como a possibilidade do Estado na sociedade informacional”. Então, na tentativa de se inserir na nova alternativa de governança e propor um instrumento de diálogo entre os atores da sociedade civil e a esfera pública, o governo federal, por meio da ex-presidenta Dilma Rousseff – que havia assumido em campanha o compromisso de aumentar a participação popular na composição dos programas de governo – lançou em 28 de setembro de 2015 a plataforma Dialoga Brasil (BRASIL, 2015a). Por meio das

redes sociais (via *Twitter*, *Facebook*, *Google+* e *WhatsApp*) e da plataforma, os cidadãos poderiam interagir com 80 programas elencados e divididos em 14 temas – correspondentes a 14 ministérios que compunham a estratégia de desenvolvimento do executivo federal à época –, votando nos que considerassem como importantes, de forma a orientar os gestores públicos nas execuções dos projetos de políticas públicas (BRASIL, 2015b). Assim, aliando comunicação pública e canais de participação social, era proposta uma estrutura de engajamento político-social nas questões de planejamento e de desenvolvimento de ações ao longo do mandato do executivo.

## 2. Objetivos

Quando se observa o programa, busca-se dele extrair boas ideias e possíveis práticas aos níveis de governo da nação. Não se trata de uma avaliação da política pública *ex ante*, em função do programa não estar em execução, ou *ex post*, vistas as interrupções em razão do impedimento de sua principal liderança e da não-execução de todos os desdobramentos prometidos pelo programa.

Trata-se mais de uma observação do conjunto. O objetivo geral do trabalho é o de abordar as temáticas de comunicação pública e de participação social enquanto práticas da Administração Pública, por meio do programa *Dialoga Brasil*, à medida que se desenvolveram as interações com os cidadãos. Ainda que haja uma grande confluência de ações interdisciplinares na atuação do poder público, estas evidenciadas a partir da necessidade de análise das instituições em suas essências (campo das Ciências Sociais), do ciclo de políticas e atores (ações concentradas em Ciência Política e Políticas Públicas) e da caracterização legal advinda das gerações de direitos e seus produtos legais (construções próprias do Direito), o foco principal parte da proposta democrática de haver uma ferramenta pensada para a Administração Pública se aproximar do cidadãos.

Em compasso, de modo mais específico, observar e absorver propostas e projetos, de forma a demonstrar os temas abordados na plataforma e os seus respectivos desdobramentos. Independentemente de que existam estudos sobre a efetividade em relação às restrições tecnológicas de acesso à plataforma, é preciso também olhar para os resultados gerados pela interação. A produção coletiva de propostas pode ser frutífera e passível de aproveitamento para diversas áreas públicas.



### 3. Material e Métodos

Para desenvolver os objetivos propostos, optou-se pela realização de estudos mistos, utilizando-se de métodos quantitativos e qualitativos, na intenção de complementariedade entre cada uma das técnicas e de maneira a solidificar uma base investigativa e aprofundar a análise (PARANHOS *et al*, 2016). Enquanto os métodos quantitativos fornecem os dados para se projetar os alcances das dimensões desenvolvidas na política, os métodos qualitativos são utilizados na compreensão dos contextos social, político e econômico em que o foco da pesquisa se insere, bem como por ter grande valia na perspectiva temporal, trazem dados para apoiar a formulação de hipóteses e teorias acerca dos diagnósticos obtidos.

A primeira pesquisa realizada foi a de cunho documental e bibliográfico, levantando a formalização das ações por meio dos atos legais. Depois, realizou-se um estudo de caso quantitativo e exploratório na plataforma eletrônica do programa Dialoga Brasil, coletando os dados disponíveis e identificando as principais vertentes de cada tema.

Com base nos documentos e nos dados analisados nas etapas anteriores, assume-se a pesquisa explicativa, com o objetivo de descrever a imagem observada. Nesta etapa, analisou-se as principais propostas (mais votadas) em cada tema elencado pelo governo e majoritariamente escolhidas pelos cidadãos, de modo a suscitar possíveis tendências e vieses, bem como observar quais são oportunas e passíveis de serem adotadas como práticas por governos.

### 4. Resultados e Discussão

A participação social aqui observada, por vezes, busca colocar uma decisão governamental em debate (AVRITZER, 2003), transformando-se em cidadã – decisória, educativa, integradora, de controle social e expressivo-simbólica – (TEIXEIRA, 1997) e que exige de governantes e cidadãos as constantes atuação e vigilância (GUARESCHI, 2008).

Fundamentada na teoria, passe-se à observação do programa em si. O Dialoga Brasil, por meio de sua plataforma digital, em um primeiro ciclo de 03 fases, estruturou a dinâmica de interação por meio de votação em 05 grandes temas (áreas equivalentes às estruturas ministeriais) e com interação em seus respectivos programas (27 subáreas): Cultura (07 programas); Redução da Pobreza (04 programas); Educação (04 programas); Segurança Pública (05 programas); e Saúde (07 programas).

Para a primeira fase, ocorrida em outubro de 2015 e sendo o momento de proposições de ideias em cada um dos 05 temas, foram totalizadas 11.191 participações de cidadãos e, em concomitância, ocorreu a votação dentro de cada área. Em seguida, deu-se a segunda fase, entre os meses de novembro e dezembro de 2015, onde houve a análise das propostas mais apoiadas de cada programa por parte dos gestores públicos – membros da burocracia ministerial (Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; e Ministério da Cultura). E, concluindo o ciclo, a terceira fase se deu a partir de janeiro de 2016 com o retorno informacional à sociedade, em um discurso de assunção de 81 propostas na forma de projetos do governo federal (03 propostas em cada programa) – existentes, podendo ser potencializados conforme a detecção de oportunidade e de conveniência, ou novos, de modo a aproveitar a estrutura ministerial e as competências da equipe gestora e fomentar novas práticas.

De modo a aprofundar a análise dos resultados e iniciar a discussão destes, passa-se a observar cada um dos 05 temas de maneira sucinta e particionada. Vale ressaltar que as propostas para cada tema foram transcritas no estudo de forma coesa, semelhante ao que seus propositores inseriram na plataforma, cabendo apenas mínimas correções de ortografia, pontuações e acentuações gráficas.

#### **4.1 Cultura**

Em Cultura, foram propostos 07 programas ministeriais: Política Nacional das Artes, com a proposta de valorização da arte e da cultura em suas múltiplas possibilidades; PAC Cidades Históricas, com a missão de preservação do patrimônio e qualidade de vida para os cidadãos; Brasil de Todas as Telas, com a ampliação da produção, da difusão e do apoio ao audiovisual brasileiro; Agenda Século XXI, com um novo jeito de ver e de fazer cultura; Cultura Viva, com o reconhecimento, fortalecimento e mobilização das comunidades que fazem cultura no Brasil; Vale Cultura, visando mais acesso à cultura para trabalhadores e trabalhadoras; e Cultura e Educação, propondo cultura e arte como bases para a educação integral.

A Tabela 01, de maneira sucinta, apresenta os quantitativos de propostas e as principais propostas elencadas:

Tabela 01 – Cultura

Programas	Número de propostas submetidas	As 03 propostas mais votadas
Política Nacional das Artes	145	Aulas de músicas nas escolas e formação de orquestras.
		Lei Rouanet deveria focar nos pequenos e iniciantes artistas e não em artistas já consagrados.
		Fomento específico para bandas marciais e fanfarras. Maior articulação entre as corporações e o MinC/Funarte. Ampliação do projeto Bandas de Música (Funarte) com a participação dos interessados.
PAC Cidades Históricas	89	Restauração dos patrimônios históricos deteriorados, perdidos pelo tempo, tais como igrejas e linhas férreas.
		Incluir no orçamento federal recursos para o tombamento, restauração e conservação de patrimônios históricos e culturais no Brasil.
		Agilização da burocracia do processo de tombamento, e maior rigor na fiscalização para evitar que o patrimônio seja deteriorado durante a análise do pedido.
Brasil de Todas as Telas	90	Separar as chamadas públicas entre Ficção, Documentário e Animação, para anular a competição entre as três linguagens e designar quais são efetivamente os projetos mais qualificados para cada mercado.
		Aprimorar o fomento e incentivo ao desenvolvimento do mercado brasileiro de animação, se aproximando dos estúdios e profissionais para compreender suas reais carências orçamentárias e de avaliação.
		Estímulo à produção de desenhos animados brasileiros. Sugiro que sejam lançados anualmente editais de estímulo à produção de desenhos animados brasileiros para estimular o crescimento dessa indústria.
Agenda Século XXI	48	Criação de programa pelo Ministério da Cultura para construção e implantação de bibliotecas comunitárias nas áreas urbanas de maior vulnerabilidade.
		Investir em escolas de programação para crianças.
		Implantar cursos on line sobre temas relacionados a cultura, para professores da educação básica pública, a nível de extensão e especialização.
Cultura Viva	74	Levar e ensinar músicas como jazz, clássica, capazes de desenvolver as capacidades de criação, pensamento, como ferramenta de suporte à educação e de inclusão das comunidades carentes à sociedade.
		Editais da Cultura focados nas obras de qualidade, passando por análise de jurados. Sem focar cultura local, e sim no impacto que são capazes de trazer para a sociedade, como complemento à educação.
		Que os Municípios incentivem de fato a arte local! A maior parte das festas organizadas em municípios pagam cachês para artistas

		conhecidos de outras cidades, e os locais fazem apresentações gratuitas.
Vale Cultura	105	Que seja estendido o benefício do Vale Cultura aos estudantes de universitários por meio de parceria entre Governo e Universidades.
		Criar um pacto federativo que inclua os professores do ensino básico no Vale Cultura. Essa seria uma forma excelente de promover a formação continuada, já que toda formação passa pela leitura.
		Deveria haver uma expansão do Vale-Cultura. O ministério deveria comunicar as empresas sobre os benefícios do programa para que elas se cadastrem.
Cultura e Educação	177	Criação de programa cultural: ensino de música e arte de qualidade como auxílio à educação, que aumentem o benefício do Bolsa Família para filhos de beneficiários que apresentarem bom desempenho.
		Introduzir nas escolas de todos os níveis, em tempo integral, o ensino e prática de músicas e artes capazes de elevar o nível cultural e educacional, tais como: clássica, jazz, blues, teatro, poesia.
		Oportunizar espaços de experimentação artística e de difusão cultural para todos os estudantes, mediante a implantação de Centro de Artes e Cultura nas escolas públicas do ensino básico.

**Fonte:** Elaboração do autor. Dialoga Brasil (2016).

Para área cultural, majoritariamente aparecem ações ligadas à música, à educação musical e, em certa medida, ao financiamento de programas específicos. Como hipóteses elencadas, pondera-se que os participantes têm maior contato com a música, assimilando-a como principal vertente de modalidade cultural, bem como não possuem afinidade ou acesso a outras modalidades, como teatro, cinema, literatura, exposições e instalações artísticas. Também, vinculam um grande número de propostas à educação por esta ser um dever constitucional e por ser um serviço público de ampla presença no território. Por outro lado, outra hipótese vislumbrada é a de defesa de nichos de mercado e de interesses de classe. Há certa preocupação com editais e chamadas públicas e em algumas proposituras, ao mesmo tempo em que são postas visões subjetivas sobre determinados programas, sem que se estimulem grandes projetos em nível de nação.

De todas as propostas elencadas, a que mais parece ter potencial transformador é a de “criação de programa pelo Ministério da Cultura para construção e implantação de bibliotecas comunitárias nas áreas urbanas de maior vulnerabilidade”, dentro do programa Agenda Século XXI. A presença do estado em com políticas públicas culturais

em áreas mais vulneráveis pode servir de reafirmação de outras áreas como educação, saúde e segurança pública, por exemplo.

#### 4.2 Educação

Em Educação, foram 04 programas ministeriais: Educação Básica, indo da educação infantil ao ensino médio; Ensino Superior, passando por projetos com o Enem, o Sisu, o Prouni, o Fies e o Ciências sem Fronteiras; Ensino Técnico, prevendo maior educação profissional e tecnológica; e Valorização dos Professores, com o intuito de dar maior qualidade à formação destes.

A Tabela 02, de maneira sucinta, apresenta os quantitativos de propostas e as principais propostas elencadas:

**Tabela 02 – Educação**

<b>Programas</b>	<b>Número de propostas submetidas</b>	<b>As 03 propostas mais votadas</b>
Educação Básica	2301	Reorganização Curricular do Ensino Médio. Estudar a possibilidade de uma grade curricular atrelada aos novos tempos e a nova sociedade. Atentar para a produção científica e a interdisciplinaridade.
		Introdução à Política, Direito e Economia Doméstica (ou a matéria Cidadania) deveriam ser matérias obrigatórias em toda a rede de educação, pois é conhecimento que estimula uma população consciente.
		Garantir nas Escolas a inclusão de Assistentes Sociais e Psicólogos!
Ensino Superior	1382	Expandir o conceito de residência do campo da saúde para outros setores, criando pós-graduações em áreas de gestão pública para melhoria dos serviços públicos em prefeituras de médio e pequeno porte.
		Ampliar as verbas de custeio para as universidades federais e consolidar a sua expansão, possibilitando a conclusão das obras inacabadas do REUNI, de modo a alcançarmos 30% de jovens no Ens. Superior.
		Proponho a volta do programa PDSE da Capes.
Ensino Técnico	386	Realizar capacitação e assistência técnica passando pelo conhecimento prévio das necessidades do setor, evitando paralelismo de investimentos. Criação de banco de estudos formado por especialistas.
		PRONATEC. Acesso dos candidatos para cursos Técnicos através do ENEM e, nas vagas remanescentes, de todos os que tenham concluído o ensino médio independentemente do período de conclusão.
		No orçamento de cada curso do PRONATEC destinar uma rubrica para “capital de investimento” a fim de estruturar e

		equipar laboratórios específicos ou comuns para os cursos ofertados pela entidade.
		Fiscalizar e exigir o cumprimento integral da Lei do Piso do Magistério pelos estados e municípios.
Valorização dos Professores	772	Plano de carreira específico para profissionais da educação não docentes na Rede Estadual e Municipal, com piso salarial equivalente à formação (técnico ou superior), como ocorre com a Rede Federal.
		Criar programas de incentivo para os professores de bom desempenho, ex.: bolsas de estudos, créditos em dinheiro para aquisição de livros, cursos de idiomas e/ou especialização na sua área de interesse.

**Fonte:** Elaboração do autor. Dialoga Brasil (2016).

A área educacional apresentou o maior número de interações, ou seja, foi o eixo com mais participação em forma de votos. Como reflexo dos programas de expansão dos institutos e universidades federais, faz-se presente a preocupação com questões estruturais, de investimento em formação de pessoal e de continuidade e ampliação de financiamento de programas de incentivo. A principal hipótese levantada é a de necessidade de manutenção e de sustentação das ações desenvolvidas entre os anos de 2003 e 2014, período marcado pela forte atuação do governo federal em políticas públicas educacionais. Do mesmo modo, outra hipótese vista, e que persiste em todos os eixos da plataforma, é a de defesa de interesses de classe. Da parte de docentes e de alunos, o que se nota é o desejo de que cada segmento tenha maior acesso aos serviços de educação e que as especificidades sejam atendidas.

A proposta que mais chama a atenção, quando pensado no contexto coletivo e voltando o olhar para a administração pública, é a de “expandir o conceito de residência do campo da saúde para outros setores, criando pós-graduações em áreas de gestão pública para melhoria dos serviços públicos em prefeituras de médio e pequeno porte”. É possível que o proponente, estando ciente das precárias condições que se apresentam a maior parte dos municípios, pense em uma solução viável, aliando-a a outras políticas existentes, como Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), ou mesmo como forma de vazão ao alto número de jovens que ingressaram no ensino superior e que, agora, necessitam se inserir no mercado.

### 4.3 Redução da Pobreza

Em Redução da Pobreza, ligada ao então denominado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, apresentava 04 programas ministeriais: Cisternas, com a garantia de água potável para beber e produzir; Assistência Social, com as garantias de acesso à proteção social; Bolsa Família, versando sobre o programa de complemento em renda e de acompanhamento em educação e saúde; e Brasil Sem Miséria, desenvolvendo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços.

A Tabela 03, de maneira sucinta, apresenta os quantitativos de propostas e as principais propostas elencadas:

**Tabela 03 – Redução da Pobreza**

<b>Programas</b>	<b>Número de propostas submetidas</b>	<b>As 03 propostas mais votadas</b>
Cisternas	163	Universalizar o acesso à água de beber no Semiárido através de cisternas de placas, e ampliar o número de tecnologias de captação de água de chuva para produção sustentável de alimentos saudáveis.
		Universalização da política de acesso a água pelas famílias do semiárido, através das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva pela Articulação Semiárido Brasileiro, para consumo humano e para produção.
		Construir cisternas de produção em todas as famílias do semiárido.
Brasil Sem Miséria	224	Integrar a participação social, através das representações institucionais locais, para execução de ações intersetoriais que visem a superação da extrema pobreza no Brasil, com atingimento dos ODS/ONU.
		Todas as cidades deveriam ter equipes de funcionários públicos para andarem pela cidade, encontrarem pessoas que vivem nas ruas e informarem sobre possível ajuda de Programas Sociais.
		Diminuir os salários dos deputados e fazer uma distribuição de renda com maior igualdade.
Assistência Social	306	Universalização dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) em todos os municípios do Brasil.
		Efetivação dos funcionários do CRAS e CREAS para que o funcionário trabalhe com capacidade e experiência. Pois toda vez que troca é um malefício para os mesmos e para os usuários dos serviços.
		Levar os estudantes universitários para as regiões mais desfavorecidas, buscar que eles debatam e desenvolvam formas de garantir a proteção social.

		Abertura dos dados dos programas federais como o Bolsa Família. Para que cientistas de dados possam criar sistemas de análise de indicadores para suporte de políticas públicas e combate a fraudes.
Bolsa Família	532	Governo adote medidas para que os mais pobres usuários do PBF que queiram trabalhar possam inserir numa plataforma um curriculum simples com suas habilidades, se disponibilizando para o trabalho.
		Intensificar a fiscalização do Programa Bolsa Família, via acompanhamento profissional de um Assistente Social nas Escolas.

**Fonte:** Elaboração do autor. Dialoga Brasil (2016).

Há uma dinâmica intrasetorial forte na área de redução à pobreza, haja visto que várias propostas se irradiam e permeiam em diversos programas, costurando possibilidades de atuação mútua. Todavia, as maiores preocupações elencadas pelas propostas se confundem entre questões de infraestrutura, lógicas e necessárias, e situações mais subjetivas, como a redução de salários de políticos e maior fiscalização à redistribuição de renda. Como hipóteses para o resultado das interações, pode-se dizer que tanto as pessoas diretamente afetadas pela seca como as pessoas que desconfiam do processo e da lisura na transferência de rendas foram ouvidas em suas interações. De fato, parte da população brasileira não compreende as políticas de assistência social em seu cerne e, em caso de terem conhecimento, não apoiam por pensarem que os recursos seriam de melhor proveito em outras áreas.

Em meio ao provável conflito de interesses, duas ações que condizem com a proposta de planejamento, participação e potencialização das políticas públicas são a de “integrar a participação social, através das representações institucionais locais, para execução de ações intersetoriais que visem a superação da extrema pobreza no Brasil, com atingimento dos ODS/ONU” e a de “levar os estudantes universitários para as regiões mais desfavorecidas, buscar que eles debatam e desenvolvam formas de garantir a proteção social”. São propostas de cooperação entre organizações civis, universidades e órgãos governamentais que almejam levar serviços que o próprio governo, no limite de suas capacidades estatais, não conseguiria executar.

#### 4.4 Segurança Pública

Em Segurança Pública, dentro do Ministério da Justiça, foram propostos 05 programas ministeriais: Sinesp, abarcando a tecnologia a serviço da segurança do



cidadão; Crack, é possível vencer!, com prevenção, tratamento e enfrentamento ao tráfico; Forças Federais de Segurança, com a atuação em todo o país para proteção à vida, defesa da lei e apoio aos estados; Proteção das Fronteiras, com a ação conjunta e cooperação transfronteiriça; e Segurança Pública Integrada, com um novo modelo de atuação em Segurança Pública.

A Tabela 04, de maneira sucinta, apresenta os quantitativos de propostas e as principais propostas elencadas:

**Tabela 04 – Segurança Pública**

<b>Programas</b>	<b>Número de propostas submetidas</b>	<b>As 03 propostas mais votadas</b>
Sinesp	152	O programa podia disponibilizar serviços para fazer denúncias violência contra a mulher.
		O aplicativo Sinesp Cidadão podia exibir a lista de Delegacias de Polícia mais próximas do usuário.
		Ampliar o espectro de serviços do aplicativo possibilitando ao cidadão o envio de denúncias naturezas diversas (maus tratos a idosos, às crianças, às mulheres, aos animais, crimes diversos, etc.).
Crack, é possível vencer!	236	Assegurar atendimento às famílias que recorrem ao Estado em busca de tratamento para filhos dependentes de drogas ilícitas. A família toda sofre enquanto esperam uma decisão judicial que não chega.
		O trabalho é fundamental para a cidadania e a economia solidária deve concretizar-se enquanto política de geração de renda e inclusão social para os cidadãos em uso abusivo de álcool e outras drogas.
		Programas educativos extracurriculares nas escolas públicas que auxiliem na formação dos pais e responsáveis. Programa que possibilite reuniões sobre temas atuais e polêmicos com benefícios fiscais.
Forças Federais de Segurança	215	Não ignorar o mais forte padrão de Criptografia da atualidade, feito no Brasil, testado e cobiçado por 97 países. As informações das operações investigativas cifradas e livres de espões e cartéis.
		Criar um sistema que faça os presos trabalharem dentro das prisões ou áreas remotas da sociedade obrigando-os a contribuir com os custos de sua prisão gerando riqueza ao Estado e a sociedade.
		Intensificar a atuação da PRF, bem como reunir outras parcerias como o SAMU e novas bases de apoio para um atendimento eficaz em caso de urgência.
Proteção das Fronteiras	251	Aproveitar o potencial do primeiro criptógrafo 100% brasileiro, testado e cobiçado por mais de 97 países. As mensagens governamentais cifradas e livres de espões e cartéis. Cibernética é coisa séria!

		<p>Criar a o ciclo único de polícia, e a carreira única, com seus ramos, dentre eles, a polícia especializada na proteção de fronteiras que atuará junto com as forças armadas.</p> <p>Operação Sentinela e Operação Ágata permanentes!</p>
Segurança		Fomentar o uso da mão de obra da pessoa presa em obras públicas, hospitais e órgãos públicos, através das FUNAPS, diminuindo assim a terceirização e permitindo a remissão da pena de mais pessoas.
Pública	881	Fomentar a participação do sistema S (SESC, SENAI, SENAT) para profissionalização das pessoas presas, além de fomentar a criação de colônias penais agrícolas, permitindo que se produza para escolas.
Integrada		Unificar as polícias civil e militar nos estados.

**Fonte:** Elaboração do autor. Dialoga Brasil (2016).

Segurança é um tema crucial e que divide opiniões quanto à intervenção do estado. Na forma posta em discussão, abarcam-se três distintas linhas de demandas: integração tecnológica e ampliação dos aparatos já existentes nos serviços de segurança; agilidade da justiça e trabalho psicossocial; e uso da população carcerária em ações de trabalho e de geração de bens e serviços.

As hipóteses congregam um senso comum de que as ações já executadas não são condizentes com as necessidades que os participantes demandam. Por um lado, querem que as forças de segurança modernizem suas estruturas informacional, enquanto que por outro se dividem entre ressocializar indivíduos, humanizando o atendimento da justiça, e empregar a força de trabalho de detentos, como forma de restituir os gastos com o sistema prisional. Apesar do avanço em temáticas estruturais, ainda perdura certa subjetividade no discurso das propostas, pois não se equacionam todas as vertentes da discussão principal.

Vale destacar a proposta, relacionada ao Sinesp, de “ampliar o espectro de serviços do aplicativo possibilitando ao cidadão o envio de denúncias naturezas diversas (maus tratos a idosos, às crianças, às mulheres, aos animais, crimes diversos, etc.)”. O Sinesp, por meio do aplicativo Sinesp Cidadão, fornece um banco de dados para pesquisa de veículo roubados e de mandados de prisão, e o ideal seria o de ampliar o espectro de atuação e potencializá-lo enquanto instrumento de informação.

#### 4.5 Saúde

Em Saúde, foram propostos 07 programas ministeriais: Mais Médicos, com a função de mais atendimento nos municípios, mais saúde para quem mais precisa; Vida saudável, com o lema de que saúde se cuida todos os dias; Incentivo ao Parto Normal,

frisando que a melhor escolha é se informar; Aqui tem Farmácia Popular, com a temática de que saúde não tem preço; Mais Especialidades, com acesso a exames e consultas com especialistas; SAMU e UPAs, com resgate e atendimento 24 horas, sete dias da semana; e Melhorar os Postos de Saúde, com estrutura adequada para atender melhora população na atenção básica.

A Tabela 05, de maneira sucinta, apresenta os quantitativos de propostas e as principais propostas elencadas:

**Tabela 05 – Saúde**

<b>Programas</b>	<b>Número de propostas submetidas</b>	<b>As 03 propostas mais votadas</b>
Mais Médicos	480	Fiscalizar a carga horária dos médicos em geral.
		Ampliar acesso e melhorar atendimento na atenção básica com o Mais Médicos que interioriza o desenvolvimento, provê profissionais, regula formação e investe em infraestrutura nos vazios assistenciais.
		Criar plano de carreira para que os médicos tenham incentivo para atuar em regiões remotas.
Vida saudável	300	Limitar - em lei - o teor de sal dos alimentos industrializados, com um teto máximo de quantidade permitida em cada produto.
		Utilização da medicina preventiva pois muitas doenças poderiam ser prevenidas antes mesmo de ser tratada, diminuindo assim os custos com saúde em todo o Brasil.
		Criação do “Plano Médico Nutricional e Desportivo Nacional”, como parte da Política Pública Nacional da Promoção da Vida Saudável [a ser instituída com fulcro nos arts. 196 c/c 217 da CF/1988].
Incentivo ao Parto Normal	165	Criação de um Observatório Integrado com indicadores confiáveis sobre partos no Brasil. Liberar os dados em formato aberto.
		Criação da carreira de Obstetriz/parteira/doula no SUS.
		Para que a cultura do parto cirúrgico mude, é preciso que haja palestras nas Escolas de 2º grau para que os jovens amadureçam a ideia. Também é preciso que essa ideia seja difundida nos cursos de Medicina.
Aqui tem Farmácia Popular	220	Alguns países europeus implementam a Receita Eletrônica. Um sistema que integra: médicos, pacientes e farmácias. A ideia é eliminar o papel, aumentar o controle sobre os medicamentos adquiridos.
		Gostaria que os medicamentos de tratamento de Glaucoma e catarata também contasse no programa.
		Gostaria que os medicamentos de tratamento de Glaucoma e catarata também contasse no programa.
	476	A inserção do optometrista como profissional responsável pela visão, como determina a Organização Mundial de Saúde,

		tornaria muito melhor e mais fácil o acesso da população à saúde visual e ocular.
Mais Especialidades		Inserir o optometrista na saúde pública iria ser ótimo para a população pois iria descongestionar as filas filtrando o que seria patologia e refração (cuidado primário que o optometrista pode fazer).
		A entrada da optometria no SUS como avaliadora primária da visão, agilizando o atendimento da saúde visual.
SAMU 192 e UPAs	224	Facilitar o processo burocrático de colocação em operação das ambulâncias nas cidades e penalizar os responsáveis por deixarem veículos novos parados e/ou sem manutenção.
		Auditoria anual das ambulâncias adquiridas por municípios para averiguar quais ainda funcionam e quais estão esperando reparos.
		Encaminhar projeto Lei para garantir identificação de chamada e punição para quem usar o serviço para trote.
Melhorar os Postos de Saúde	1016	Incluir nutricionistas no atendimento ambulatorial das clínicas da família.
		Priorizar o atendimento primário por profissionais não médicos (Optometria, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem, Terapeutas Ocupacionais, dentre outras), com políticas e metas claras.
		Implementação de um sistema virtual para marcação de consultas de forma online diretamente pelo cidadão, sem a necessidade de esperar horas na fila dos postos para esse serviço.

**Fonte:** Elaboração do autor. Dialoga Brasil (2016).

Com o segundo maior volume de interações, depois de Educação, e com o maior número de programas, empatada com Cultura, a área de Saúde apresenta dinâmicas que remetem à necessidade de o estado brasileiro investir mais em medicina preventiva e em programas de prevenção dentro da área de saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS), por seu turno, preconiza pela prevenção como forma de diminuição de doenças e apoia essa visão como medida de combate às epidemias. Assim sendo, difundir tais políticas geraria economicidade, sendo esta a hipótese levantada ao se analisar a interação na parte de saúde.

Em contrapartida, a segunda hipótese é a de que uma visão coercitiva permeia nas falas. Não se avançam as falas no sentido de se estruturar serviços, mantendo o debate apenas no controle de carreiras e serviços. Há um empobrecimento ao não se abordar alternativas de melhoria e de evolução dos serviços públicos.

Sob outra perspectiva, retomando a potencialidade das medidas preventivas, a medida de “priorizar o atendimento primário por profissionais não médicos (Optometria, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem, Terapeutas Ocupacionais, dentre

outras), com políticas e metas claras” representa uma boa prática que os níveis de governo poderiam adotar em suas políticas de saúde. Poderia se trabalhar com as vertentes de possível economia e melhor investimento de recursos, ampliando as estruturas e provendo melhor atendimento aos usuários do sistema público.

## 5. Conclusões

Em seu cerne, a instituição pública contemporânea deve ser aberta e interagir com a sociedade, com os meios de comunicação e com os atores políticos, de forma a prestar contas à sociedade e ao cidadão, sendo um compromisso dos governantes (KUNSCH, 2012). Tem-se que neste novo modelo de sociedade, a transparência, o diálogo e a participação são imprescindíveis para que a se tenha uma nação soberana, unida e institucionalmente legitimada. Para atender a tantos valores e princípios, é preciso estabelecer canais de participação para que o cidadão adentre no campo decisório com suas ideias e com a construção colaborativa em projetos nacionais.

O Dialoga Brasil foi pensado para ser um instrumento agregador de comunicação pública e de participação social oportunizado através das TICs. Assim, seria possível mediar as formas de interação entre sociedade e esfera pública, buscando compreender a participação social na vida política e decisória do país e mapeando as principais propostas para o governo federal. A plataforma, em sua estrutura, é democrática no sentido de criar um novo espaço para o debate, (des)construção e concepção de ideias voltadas à resolução de problemas sociais, sem cercear ou proibir os direitos à participação e à expressão das mais variadas linhas de pensamento.

Como conclusão, pode-se dizer que, baseado na agenda social iniciada pelo governo Lula (2003-2010) e seguida [em partes] por Dilma (2011-2016), o Dialoga Brasil se fundamentou em áreas afeitas à realidade de grande parte das famílias e dos (pequenos) municípios brasileiros: frágeis, pobres e desprovidos de recursos básicos. Da parte dos cidadãos, ainda que impregnados de visão coloquial e subjetiva, com consonâncias e dissonâncias (grandes dicotomias), percebeu-se que os atores sociais se mostraram interessados em suas realidades e buscam defender categorias (profissões), segmentos e bens públicos. Essa é uma visão que Milani (2008) já indicava em suas indagações investigativas, visto que “a participação social pode, ao mesmo tempo, levar à constituição de interesses corporativos nos processos de decisão e dar vazão às vozes específicas de sujeitos subalternos na economia e na política” e, portanto, é essencial se debruçar sob as diferentes experiências e investigar os perfis da participação praticada.

Porém, em face do afastamento e posterior processo de impedimento de Dilma Rousseff, bem como a assunção de Michel Temer à presidência da República, o programa foi descontinuado em meados de 2016 e, deste modo, não foram realizados novos ciclos, interrompendo o canal de interação entre população e áreas centrais do governo e de irradiações para outros ministérios. Ainda assim, a partir dos apontamentos socializados na plataforma do programa Dialoga Brasil, é possível afirmar que a experiência de dialogar com a sociedade se apresenta justa, válida, democrática e rica em propostas, uma vez que, por limites estruturais ou por omissão, o poder executivo não consegue atingir todas as localidades ou delas observar todas as reais necessidades e, com um instrumento de grande alcance, uma plataforma via *internet*, pode-se alcançar os diversos atores que compõem a sociedade brasileira e que dela ajudam a construir.

## 6. Referências

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. **O patrimônio genético humano e sua proteção na Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Método, 2004.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico.

In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, Celso Ribeiro; TAVARES, André Ramos. **Tendências do direito público no limiar de um novo milênio**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRAGATTO, Rachel Callai; VEIGA, Luciana. Participação democrática e novas tecnologias e comunicação: mapeando diretrizes políticas e o uso da internet pelos governos do Brasil e da Argentina. In: I CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: COMPOLÍTICA, 2006. p. 1-23. Disponível em: <<https://bit.ly/2N0gJUs>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF. Disponível em: <<https://bit.ly/2C8sUtY>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dialoga Brasil**. 2015a. Disponível em: <<http://www.dialoga.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dialoga Brasil utiliza redes sociais para dar voz ao cidadão.** 2015b. Disponível em: <<https://bit.ly/2C2yoGS>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 28 de maio de 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2N7QR94>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 11 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/1eKDwfY>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Presidenta Dilma lança plataforma de participação Dialoga Brasil.** 2015a. Elaborado pela Secretaria de Governo. Disponível em: <<https://bit.ly/2N2qW2x>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. (Org). **Por uma outra comunicação.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

CORRÊA, Victor Trottmann. **O campo do conhecimento em administração pública no Brasil: uma análise histórica a partir do seu contexto e caráter multifacetado.** 2017. 192f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2C05kQ6>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 20, n. 66, p.543-566, set. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2PIOFsm>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** Campinas: Papirus. 1994.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DIALOGA BRASIL. **5 temas presentes na plataforma Dialoga Brasil.** Disponível em: <<https://bit.ly/2BWjOAF>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Prefácio. In: SILVEIRA, Andréa F. *et al.* (Orgs.). **Cidadania e participação social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

KUÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza Helena Gomes de (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. 21. ed. São Paulo: Eca/Usp, 2012. p. 71-96. Disponível em: <<https://bit.ly/2fcYvwN>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza Helena Gomes de (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. 21. ed. São Paulo: Eca/Usp, 2012. p. 13-29. Disponível em: <<https://bit.ly/2fcYvwN>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTELLI, Carla Gandini Giani. Estado-rede: a possibilidade do Estado na sociedade informacional. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 24/25, 2001/2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2Nw5Ma8>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 43, p.551-579, jun. 2008. Bimestral. Disponível em: <<https://bit.ly/2J261f3>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Método, 2009.

PARANHOS, Ranulfo *et al.* Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 42, ago. 2016, p. 384-411. Trimestral. Disponível em: <<https://bit.ly/2oNmITS>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCALQUETTE, Ana Cláudia Silva. **Sistema constitucional das crises: os direitos fundamentais face a situações extremas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, Salvador, v. 10, n. 26, p.179-209, dez. 1997. Quadrimestral. Disponível em: <<https://bit.ly/2J6D9SU>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

ZÉMOR, Pierre. Como anda a comunicação pública? **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 189-196, jun. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2omW0w8>>. Acesso em: 01 jun. 2018.